

**Ministério da Educação e da Ciência**  
**Direção Regional de Educação do Alentejo**  
**Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo**

**Aviso**

**Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 3 (três) postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, no período compreendido entre setembro e dezembro de 2012.**

**1** – Nos termos do n.º 2 do artigo 6º, artigos 50º a 55º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e do disposto na alínea *a*) do nº 3 do artigo 19º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril, torna-se público que se encontra aberto, por despacho do Diretor do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo, de 27/08/2012, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste aviso na 2ª série do *Diário da República*, o procedimento concursal comum para preenchimento **de 3 (três) postos de trabalho** da carreira e categoria de assistente operacional deste agrupamento de escolas, **na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial**, entre setembro e dezembro de 2012.

**2** – Para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 4º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo e em virtude de não ter sido ainda publicitado qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizadora para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), prevista no nº 1 do artigo 4º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril.

**3 – Legislação aplicável:** o presente procedimento reger-se-á pelas disposições contidas na Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nº 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, e 55-A/2010, de 21 de dezembro, no Decreto-Lei nº 69-A/2009, de 24 de março, no Decreto-Regulamentar nº 14/2008, de 31 de julho, e na Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril, na Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro, na Lei nº 113/2009, de 17 de setembro e no Código do Procedimento Administrativo.

**4 - Âmbito do recrutamento:** o recrutamento realizar-se-á de entre as pessoas sem relação jurídica de emprego público.

**5 - Local de trabalho:** Escolas do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo, sito na Estrada de Colos, 7555-108 Cercal do Alentejo.

**6 – Caracterização do posto de trabalho:** realização de serviços de limpeza.

**6.1 - Ref. A - 3 postos de trabalho,** no exercício de funções da extinta categoria de auxiliar de ação educativa, correspondente ao exercício de funções de limpeza, desenvolvendo e incentivando o respeito e apreço pelo estabelecimento de educação ou de ensino e pelo trabalho que, em comum, nele deve ser efetuado, competindo-lhe, designadamente, as seguintes atribuições:

- a) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;*
- b) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e jovens durante o período de funcionamento da escola com vista a assegurar um bom ambiente educativo;*
- c) Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;*
- d) Zelar pela conservação dos equipamentos de comunicação;*
- e) Estabelecer ligações telefónicas e prestar informações;*
- f) Receber e transmitir mensagens;*
- g) Efetuar, no interior e exterior, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento dos serviços;*
- h) Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno à unidade de prestação de cuidados de saúde.*

**7 – Remuneração base prevista:** a remuneração base prevista será de 3,20€/hora (calculada com base na remuneração mínima mensal garantida - RMMG).

**8 - Requisitos de admissão:**

**a)** Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 8º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nomeadamente:

- i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;*
- ii) 18 anos de idade completos;*
- iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;*
- iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;*
- v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.*

**b) Nível habilitacional exigido:** escolaridade obrigatória ou de cursos que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau 1 de complexidade, de acordo com o previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 44º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

**c)** Os candidatos deverão ser titulares da escolaridade obrigatória ou equivalente, não se admitindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

**9 –** Atento ao disposto no artigo 52º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam

titulares da categoria, executem as mesmas funções e ocupem, no órgão ou serviço que publicita o procedimento concursal, postos de trabalho idênticos àqueles para cuja ocupação se publicita o procedimento, excetuando os que se encontrem em mobilidade especial, conforme o disposto na alínea l) do nº 3 do artigo 19º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril.

**10 – Constituem fatores preferenciais, de verificação cumulativa:**

- a) Comprovada experiência profissional no exercício efetivo das funções descritas no ponto 6 do presente Aviso;
- b) Conhecimento da realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

**11 — Formalização das candidaturas:**

**11.1 - Prazo de candidatura:** 10 dias úteis a contar da data de publicação do Aviso na 2ª série do *Diário da República*, nos termos do artigo 26º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril.

**11.2 – Forma:** As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo ou obtido junto dos respetivos Serviços de Administração Escolar ou ainda através da página da Direção-Geral da Administração e Emprego (DGAEP), em [www.dgaep.gov.pt](http://www.dgaep.gov.pt), e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações deste, ou enviadas pelo correio, para a morada identificada no ponto 5 do presente Aviso, em carta registada com aviso de receção, dirigidas ao Diretor do Agrupamento de Escolas.

**12 – Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:**

- Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
- Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;
- *Curriculum Vitae*, detalhado, devidamente datado e assinado;
- Declaração(ões) emitida(s) pelo serviço onde o candidato exerceu funções, devidamente atualizada(s) e autenticada(s), onde conste(m), de forma inequívoca, a descrição detalhada das funções, atividades, atribuições e competências inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato e que comprove a sua experiência profissional. Nas situações em que se aplica, devem as declarações ser complementadas com a informação referente à avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior, a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar;
- Fotocópia dos documentos comprovativos de ações de formação frequentadas com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respetiva duração;
- Certificado do registo criminal, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 113/2009, de 17 de setembro.

- Fotocópia do contrato de trabalho que comprove a relação jurídica de emprego público (se aplicável)

**12.1** – Os candidatos que tenham exercido funções no Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos factos indicados no currículo, desde que, expressamente, refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual, nesses casos, o júri do concurso solicitará oficiosamente os mesmos ao respetivo serviço de pessoal.

**12.2** - Nos termos do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

**12.3** — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da Lei.

**12.4** — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

### **13 - Métodos de seleção**

**13.1** – Considerando a urgência do recrutamento, sob pena de comprometer o início do próximo ano escolar (2012/2013) que se inicia em 1 de setembro do corrente, e de acordo com a faculdade prevista no n.º4 do artigo 53.º da Lei n.º12 – A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), aplica-se o método obrigatório **Avaliação Curricular (AC)**, previsto no ponto 2 do artigo 53º da Lei nº 12-A/2008 e na alínea b) do n.º 1 do artigo 6º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril, conjugado com o método de seleção de **Entrevista Profissional de Seleção (EPS)**, prevista na alínea a) do artigo 7.º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril.

**As ponderações a utilizar são as seguintes:**

**A) Avaliação Curricular (AC) – 70%;**

**B) Entrevista profissional de Seleção (EPS) – 30%.**

**13.2** – A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida, da formação realizada e do tipo de funções exercidas. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes: Habilitação Académica de Base (HAB) ou Curso equiparado, Experiência Profissional (EP), Formação Profissional (FP) e Avaliação de Desempenho (AD). Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HAB + 4 (EP) + 2 (FP) + AD}{8}$$

**13.2.1** - Habilitação Acadêmica de Base (**HAB**), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 Valores – Habilitação de grau acadêmico superior;
- b) 18 Valores – 11º ano ou 12º ano de escolaridade ou de cursos que lhes sejam equiparados;
- c) 16 Valores – escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado.

**13.2.2** -Experiência Profissional (**EP**) – tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no ponto 6 do presente Aviso. Será valorada com um mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce, até um máximo de 20 valores, o seguinte:

- a) 10 Valores – período de tempo igual ou superior a 365 dias de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;
- b) 8 Valores – período de tempo inferior a 365 dias de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;
- c) 4 Valores – período de tempo igual ou superior a 365 dias de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria;
- d) 2 Valores – período de tempo inferior a 365 dias de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria;

**13.2.3** -Formação Profissional (**FP**) - formação profissional direta ou indiretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar. Será valorada com um mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce, até um máximo de 20 valores, o seguinte:

- a) 10 Valores – Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 25 ou mais horas;
- b) 8 Valores – Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 10 horas ou mais e menos de 25 horas;
- c) 4 Valores – Formação indiretamente relacionada, num total de 25 ou mais horas;
- d) 2 Valores – Formação indiretamente relacionada, num total de 10 horas ou mais e menos de 25 horas.

**13.2.4** - Avaliação de Desempenho (**AD**) – A avaliação do desempenho será relativa ao último ano (2011) traduzida em menção quantitativa, pontuada com a seguinte correspondência:

- a) Desempenho excelente – 20 valores;
- b) Desempenho relevante – 16 valores;
- c) Desempenho adequado – 12 valores;
- d) Desempenho inadequado – 8 valores.

**13.2.4.1.** De acordo com o previsto no nº 3 do artigo 11º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril, por decisão do júri, a todos os candidatos que não possuam avaliação de desempenho por razões que não lhes sejam imputáveis, ser-lhes-ão atribuídos 10 valores.

**13.3- A Entrevista de Profissional de Seleção (EPS)** visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre entrevistador e entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. A entrevista de carácter público é avaliada segundo os níveis classificativos de **Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente**, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de **20, 16, 12, 8 e 4** valores. Para esse efeito será elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada. O resultado final será obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar.

**13.4- A Valoração Final [VF= 70% x (AC) + 30% x (EPS)]** dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas em resultado da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada método de seleção considerando-se excluídos, nos termos do nº 13 do artigo 18º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril, os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

#### **14- Composição do Júri**

Presidente: Célia Isabel de Oliveira Silvério (Subdiretor)

Vogais efetivos: Luís Miguel Ferreira Santos (Adjunto do Diretor) e António Manuel Jesus Rodrigues Silva (Encarregado Operacional)

Vogais suplentes: Ana Rita Matos Costa Serralha (Assistente Técnico) e Maria de Aires Coxinho Raposo (Coordenadora do 1º Ciclo)

**14.1.** O presidente do júri será substituído nas suas falas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

**15** — Nos termos da alínea t) do nº 3 do artigo 19º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril, os critérios de apreciação e de ponderação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

**16 — Exclusão e notificação dos candidatos** - Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no nº 3 do artigo 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário próprio, disponibilizado na página da Direção-Geral da Administração e Emprego (DGAEP), em [www.dgaep.gov.pt](http://www.dgaep.gov.pt),

podendo ser obtido na página eletrónica ou junto dos Serviços de Administração Escolar do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo.

**17 - A Ordenação final dos candidatos** admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos elementos do método de seleção Avaliação Curricular.

#### **17.1 – Critério de desempate:**

**17.1.1** - Em caso de igualdade de valoração os critérios de desempate a adotar são os constantes no artigo 35º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril.

**17.1.1.1** – Para efeitos da alínea *b)* do nº 1 do artigo 35º da referida Portaria e nos termos do nº 3 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, neste procedimento concursal o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.

**17.1.2** - A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios: valoração obtida no primeiro método de seleção utilizado (AC) e subsistindo o empate, pela valoração obtida no segundo método de seleção (EPS), tendo por preferência, em caso de empate, pelo candidato de maior idade.

**17.2 – A lista unitária de ordenação final** dos candidatos aprovados e dos excluídos no decurso da aplicação no decurso da aplicação dos métodos de seleção é notificada, para efeitos de audiência dos interessados, nos termos do artigo 36º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril.

**17.3** - A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação do Diretor, é publicada na 2ª Série do *Diário da República*, disponibilizada no sítio da *Internet* do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo e afixada nas instalações do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo.

**18** - Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação».

**19 - Prazo de validade:** O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no nº 2 do artigo 40º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril.

**20** – Nos termos do disposto nº 1 do artigo 19º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 145-A/2001, de 6 de abril, o presente Aviso é publicitado, na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo e afixado nas suas instalações, bem como na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)), no 1º dia útil seguinte à sua publicação na 2ª Série do *Diário da República*, e, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

31 de agosto de 2012 – O Diretor, *Tiago Manuel Gonçalves Canhoto*